



CONTRATO PMSG Nº /2019 MINUTA

TERMO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA PARA GERAÇÃO, ARMAZENAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA E DA DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, ALÉM DO APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO QUE FOR NECESSÁRIO PARA A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS PARA GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO LOCAL DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DO TRIBUTOS MUNICIPAL, INCLUINDO: MANUTENÇÃO CORRETIVA, ADAPTATIVA E PREVENTIVA E DISPONIBILIZAÇÃO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO NECESSÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO. (ANEXO I DO EDITAL).

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2019, o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pela **Secretaria Municipal de Fazenda**, conforme Decreto nº 186/2013, na pessoa do seu Secretário o(a) Sr(a). _____, brasileiro (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF - sob o nº. _____, e do outro lado a _____, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida a _____, nº. ____ - ____ - ____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a) _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº 33.230/2017**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA PARA GERAÇÃO, ARMAZENAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA, E DA DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, ALÉM DO APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO QUE FOR NECESSÁRIO PARA A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS PARA O GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO LOCAL DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DO TRIBUTO MUNICIPAL, INCLUINDO: MANUTENÇÃO CORRETIVA, ADAPTATIVA E PREVENTIVA E DISPONIBILIZAÇÃO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO NECESSÁRIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, ANEXO I DO EDITAL.**
- 1.2. O prazo previsto para prestação dos serviços será de 12 meses podendo ser prorrogado até 48 (quarenta e oito) meses corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma do Art. 57 Inciso 4 da Lei 8.666/93

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1. Executar, por sua conta, todas as despesas relativas a prestação dos serviços do presente contrato, inclusive todas as taxas e impostos incidentes sobre o mesmo, bem como o custo do transporte em razão da execução do contrato, computando-se carga e descarga, ocorrendo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.
- 2.2. Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.
- 2.3. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da aquisição/serviço contratado, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.
- 2.4. A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.
- 2.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o que preceitua o art. 65, Parágrafo Primeiro da Lei 8.666/93.
- 2.6. O objeto do contrato constante da Cláusula Primeira, é composto de 06 (seis) etapas minuciosamente detalhadas no Projeto Básico, quais sejam: 01 – Análise da Legislação e demais requisitos de Software; 2 – Processo de Integração com os



sistemas existentes; 3 – Disponibilização da Solução; 4 – Treinamento a) Técnicos da PMSG e b) Usuários (Contribuintes e Contadores), 5 – Manutenção Preventiva, Corretiva e Adaptativa do Software, e 6 - Fornecimento de Solução de Geração e Armazenamento de NFS-e.

- 2.7. A CONTRATADA fica obrigada a seguir todas as disposições contidas no Projeto Básico, parte integrante deste.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. A despesa para presente contratação é de e correrá a conta do Programa de Trabalho nº 2024.04.129.2055.2158 Natureza de Despesa nº 3.3.90.39.00, Fonte de Recurso nº 00 e Nota de Empenho nº./201....
- 3.2. Os pagamentos das notas fiscais/fatura, correspondentes as parcelas mensais dos serviços executados, devidamente atestadas, serão efetuados no trigésimo dia, a partir da data final do período de adimplemento, pela **Secretaria Municipal de Fazenda**, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:
- 3.2.1. Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
 - 3.2.2. Cópia do Termo de Contrato;
 - 3.2.3. Cópia de Termos Aditivos se houver;
 - 3.2.4. Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
 - 3.2.5. Prova de regularidade com o FGTS;
 - 3.2.6. Prova de Regularidade com o INSS.
- 3.3. O Pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por servidores integrantes da Comissão de Fiscalização do contrato, vinculados a Secretaria Municipal de Fazenda, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota/Fiscal apresentada.
- 3.4. Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93 ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:
- 3.4.1. em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:
 - 3.4.2. multa no valor correspondente a 1% (um por cento);
 - 3.4.3. compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM,
 - 3.4.4. calculado “pro rata die”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.
- 3.5. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança consignará valores em reais e discriminará a especificação das etapas do serviço, nome do banco, agência e o número da conta corrente e deverá ser emitida em duas vias em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ n.º



28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa.

- 3.6. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva do serviço realizado.
 - 3.7. Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, a Secretaria Municipal de Fazenda devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - 3.8. Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 3.2, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.
 - 3.9. A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as faturas originárias da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta-corrente bancária.
 - 3.10. A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por **ser vedado por Lei** e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.
 - 3.11. A Licitante, quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra o **Município de São Gonçalo**, em decorrência da negociação, por parte da Licitante, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar em perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.
4. **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO**
- 4.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei n. 8.666/93.
5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 5.1. Os serviços serão executados conforme Projeto Básico (Anexo I), parte integrante deste Contrato.
 - 5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a refazer, às suas expensas, o serviço que for recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidores responsáveis da Secretaria Municipal de Fazenda, componentes da Comissão de Fiscalização do Contrato.



-
- 5.3. A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços nas condições e especificações constantes de sua proposta de preços inicial.
- 5.4. Na hipótese de rejeição completa, bem como há hipótese da **CONTRATADA** deixar de executar os serviços adjudicados, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- 5.5. A **CONTRATADA** se obriga a atender as especificações e quantitativos de que trata a proposta de preços apresentada, assim como obedecer rigorosamente os prazos de execução estabelecidos.
6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**
- Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, da Lei n. 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.
- 6.1. Salvo disposições em contrário, constantes do edital, ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado, conforme art. 75, da Lei 8.666/93.
- 6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato, conforme preceitua o art. 76, da Lei 8.666/93.
- 6.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.
- 6.4. Salvo se houver exigência a ser cumprida pela adjudicatária, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento na Seção de Protocolo da PMSG.
- 6.5. A execução do contrato será fiscalizada por Comissão constituída por 3 (três) membros, especialmente designados pelo Secretário Municipal de Fazenda.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.**
- 7.1. A adjudicatária poderá subcontratar ou transferir o Contrato no percentual de até 25% do contrato, desde que haja prévia e escrita autorização do CONTRATANTE.
- 7.2. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita da **CONTRATANTE**, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das penas legais e contratuais



cabíveis.

- 7.3. Em caso de cessão subcontratação ou transferência autorizada, a adjudicatária **CONTRATADA** permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação a **CONTRATANTE** como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições de Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

- 8.1. A **CONTRATADA** assumirá plena responsabilidade pelos serviços prestados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.
- 8.2. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada **no ato de assinatura**, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a licitante vencedora escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.
- 8.3. Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da adjudicatária ou **CONTRATADA**, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.
- 8.4. A garantia contratual prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante

9. CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente **Contrato** poderá ser alterado nos seguintes casos:
- 9.1.1. Por acordo das partes:
- 9.1.1.1. Quando necessária a modificação do modo de execução dos serviços, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 9.1.1.2. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- 9.1.1.3. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **Contrato**.
- 9.1.2. Unilateralmente pela Administração:
- 9.1.2.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- 9.1.2.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo



ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

- 10.1.1. advertência escrita;
- 10.1.2. multa;
- 10.1.3. suspensão temporária;
- 10.1.4. declaração de inidoneidade.

10.2. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

10.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

10.3.1. Os integrantes da Comissão de Fiscalização, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.3.2. A multa a que se refere o artigo 86 e o inciso II do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por evento de negação de serviço (serviço fora do ar) - multa de 5% (cinco por cento) da obrigação por hora de indisponibilidade de serviço, cuja recorrência poderá suscitar a decisão unilateral de rescisão contratual.
- b) por inexecução total ou parcial do serviço incluindo suporte e manutenção discriminado no item 14 do Projeto Básico – Anexo I do Edital - Prazos e multas discriminadas em Tabelas 1 e 2, descritas respectivamente nos subitens 14.2 e 14.3 do Projeto Básico – Anexo I do Edital.

10.4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DA MULTA

10.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a **CONTRATADA**, sem a



- existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.
- 10.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a **CONTRATADA** sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.
- 10.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.
- 10.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
- 10.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO**.
- 10.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no item **10.4.4** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.
- 10.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública** direta ou indireta.
- 10.4.8. Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, **atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos**.
- 10.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Ordenador de Despesas** do órgão ou entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta.
- 10.5. **Suspensão temporária** – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.



-
- 10.6. **Declaração de inidoneidade** – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- 10.6.1. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria Geral do Município** para apreciação, antes de ser publicada.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO**
- 11.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.
- 11.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **Contrato**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.
- 11.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do Inciso XVII do Artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR**
- 12.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das **PARTES**, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste **CONTRATO**.
- 12.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela **FISCALIZAÇÃO** ao **Ordenador de Despesas**, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste **CONTRATO**.
- 12.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas **PARTES**.
- 12.4. Serão para fins deste **CONTRATO** casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
- 12.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão



restabelecidas as condições previstas neste **CONTRATO**.

- 12.6. No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste **CONTRATO**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

- 13.1. O presente contrato será publicado, em extrato, de acordo com o que dispõe o Parágrafo Único, Artigo 61 da Lei n.º 8.666/93, correndo tais despesas por conta da **CONTRATANTE**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A prestação dos serviços objeto deste serão fiscalizados por servidores do Município, integrantes da Comissão de Fiscalização, incumbindo-lhes, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos serviços, inclusive quanto a recomendar à autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados.
- 14.2. A **CONTRATADA** se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.
- 14.3. A existência e a atuação da fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o serviço objeto deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 16.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

PROCESSO Nº. 33.230/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA TÉCNICA E PREÇO Nº 002/2019

ANEXO X

CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3. É prerrogativa do **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

16.4. O ato convocatório desta licitação e seus anexos integram este Termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Obriga-se a **CONTRATADA**, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo-RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2019 .

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____
